

Maílson volta para concluir o pacote

Caracas — AFP

Severino Góes

CARACAS — O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, desembarca hoje em Brasília, depois de participar da reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) disposto a concentrar a atenção de toda a sua equipe e do Ministério do Planejamento na conclusão das medidas que deverão ser anunciadas na próxima semana para contenção do déficit público e para abrir caminho para um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), cuja missão deve chegar no próximo mês a Brasília.

“É inquestionável a necessidade de se mexer na política salarial do setor público”, voltou a afirmar Maílson, que descartou, entretanto, a idéia de que os salários do funcionalismo sejam limitados a um percentual do Índice de Preços ao Consumidor (IPC). Segundo ele, a idéia foi lançada pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen mas já foi abandonada pela equipe técnica do governo depois de provada a inviabilidade jurídica de sua aplicação.

No próximo final de semana, o ministro da Fazenda vai manter um encontro com o grupo de trabalho do governo — liderado pelos secretários gerais da Fazenda, Paulo Cesar Ximenes, e do Planejamento, Ricardo Santiago — para dar os últimos retoques no pacote que será anunciado na semana que vem. “Quanto mais rápido saírem as medidas, melhor”, disse Maílson, lembrando, porém, que devido à indefinição política o governo não deve anunciar nada nesta semana.

Em conversas com seus assessores, o ministro ainda tem insistido na idéia inicial do governo, que era decretar o congelamento por três meses do pagamento da Unidade de Referência de Preços (URP) para o funcionalismo público. De qualquer forma, ele considera que o vazamento precipitado de que o governo estava preparando um novo pacote para cortar os salários do funcionalismo colocou todos os estudos por terra. A intenção de congelar a URP ainda permanece em estudos, mas Maílson também considera remota a sua aplicação, pelas reações políticas que causou, a começar pela área militar, com as manifestações contrárias do chefe do estado maior das Forças Armadas, brigadeiro Paulo Camarinha.

O ministro da Fazenda afirma que depois da redução das despesas públicas a ser anunciada na próxima semana, o governo dará outros passos no sentido de tentar diminuir o déficit público, que



Maílson: “Quanto mais rápidas as medidas, melhor”

pode chegar a 7% do Produto Interno Bruto (PIB) no final do ano. O governo, por exemplo, pretende intensificar a privatização de empresas estatais.

Uma das formas de reduzir a participação do Estado nessas empresas seria, segundo os estudos que estão sendo feitos pelo governo, a diminuição do percentual de capital estatal nestas companhias. “Por que ter um controle de 70% se podemos ter de 51%?”, pergunta o ministro. Ele identifica ainda a existência de barreiras culturais que impedem a aceleração do processo de privatização, com uma resistência muito grande da própria máquina administrativa do governo.

Maílson costuma citar o exemplo da Inglaterra, onde o processo de privatização conduzido pelo governo conservador de Margaret Thatcher tem dado resultados. Só que com uma diferença funda-

mental: na Inglaterra, as empresas nasceram privadas e foram estatizadas no pós-guerra e, agora, estão sendo devolvidas novamente ao setor privado. No Brasil, as empresas já nasceram estatais, o que explicaria as dificuldades para sua privatização, pelo raciocínio do ministro.

Ainda de acordo com Maílson, o governo pretende intensificar, depois de concluído o pacote de cortes nos gastos públicos, o processo de desregulamentação da economia, com o lançamento de uma nova política industrial, cujos estudos vêm sendo conduzidos em conjunto com o Ministério da Indústria e do Comércio. A idéia básica, segundo ele, é eliminar ao máximo o excesso de burocracia em órgãos como o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) para que os investimentos privados possam ser retomados.